



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA REALIZADA NO DIA
25 DE JUNHO DE 2019

N.º 14/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----



SUMÁRIO

Pág.

I – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Transferência de competências para os Municípios e para as Entidades Intermunicipais no domínio da Educação, concretizada pelo Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro.....	3
2 – Delegação de Competências na CIMDouro no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão.....	7
3 – Concessão de Distribuição de Eletricidade em Baixa Tensão – EDP Distribuição – Energia S.A. – Denúncia do Contrato	10
4 – Alargamento da Rua Marechal Teixeira Rebelo – Cumieira – Construção do Muro de Suporte.....	12
5 – Documentos Previsionais da Receita e da Despesa e do Plano de Atividade mais Relevantes 2019 – Revisão.....	18
 APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO	
6 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	20



I – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Transferência de competências para os Municípios e para
as Entidades Intermunicipais no domínio da Educação,
concretizada pelo Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro**

----- 1 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro veio concretizar a transferência de competências para os Municípios e para as Entidades Municipais no domínio da educação, ao abrigo da lei-quadro de transferência de competências, criada pela Lei 50/2018, de 16 de agosto. -----

----- A definição da rede educativa, bem como a decisão sobre a contratualização ou cedência da criação e gestão de oferta pública da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário a entidades de natureza privada, cooperativa, solidária ou afim mantêm-se como competências do Ministério da Educação. -----

----- Para os Municípios e as Entidades Intermunicipais são transferidas as competências de: -----

----- a) Planeamento, gestão e realização de investimentos nos estabelecimentos públicos de educação e ensino integrados na rede pública dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção; -----

----- b) Assegurar as refeições escolares e a gestão de refeitórios escolares; -----

----- c) Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar; -----

----- d) Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar; -----

----- e) Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente; -----

----- f) Garantir o alojamento aos alunos que frequentem o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar; -----

----- g) Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas; -----

----- h) Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória; -----

----- i) Participar na organização da segurança escolar; -----

----- j) Estabelecer a rede de oferta de educação; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 14 de 25 de junho de 2019



- k) Estabelecer e gerir o plano de transporte escolar; -----
- l) Gerir o funcionamento dos edifícios; -----
- m) Promover e implementar medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro. -----
- Exclui-se, no entanto, a organização, desenvolvimento e execução de programas de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares, cuja competência se mantém sob alçada do departamento governamental com competência na área da educação e dos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. -----
- O conselho municipal de educação permanece como órgão institucional de intervenção das comunidades educativas em cada concelho, no reconhecimento do seu papel essencial como instância territorial de consulta e reflexão sobre a política educativa. -----
- A sua composição é alargada, nele se incluindo, além dos membros que atualmente o integram, um representante das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e um representante das instituições do setor social e solidário que desenvolvam atividade na área da educação. -----
- Com o objetivo de garantir a coordenação entre os diferentes níveis de administração é criada, em cada concelho, uma comissão de acompanhamento e monitorização que acompanhará o desenvolvimento e evolução das competências transferidas. -----
- Esta Comissão reúne trimestralmente e é composta pelo presidente da câmara municipal, que preside; por representante do departamento governamental responsável pela área da educação que integra o conselho municipal de educação; pelos diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município e, quando a natureza das matérias o justifique, por representantes das entidades intermunicipais ou representantes de outras entidades e organismos da Administração Pública. -----
- Os termos da transferência das competências em matéria de educação vai fazer-se em dois campos distintos: uma parte relativa ao mapeamento, em que os Municípios terão que se pronunciar e outra parte relativa aos recursos financeiros. -----
- Relativamente à pronúncia dos Municípios quanto ao mapeamento, o artigo 50º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro prevê a elaboração pelo Governo – e a sua disponibilização aos Municípios no prazo de trinta dias após entrada em vigor do diploma - do mapeamento dos edifícios



e equipamentos escolares que necessitam de investimentos de construção de novas infraestruturas, bem como de intervenções de requalificação e modernização de grande dimensão, dispondo os Municípios, depois de disponibilizada essa informação, do prazo de 30 dias para se pronunciarem, solicitando esclarecimentos ou apresentando reclamações ao Governo. -----

----- Quanto à pronúncia dos Municípios relativamente aos recursos financeiros, o artigo 69º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro prevê que o Governo remeta a cada um dos Municípios, no prazo de trinta dias a contar da entrada em vigor do diploma, o projeto de mapa de financiamento da descentralização a transferir no ano de 2019 (pessoal não docente, apoios e complementos educativos, instalações e equipamento), bem como a listagem de todo o património a transferir para as Câmaras Municipais. -----

----- No que toca ao financiamento de todas estas competências, este advém: -----

----- a) Da criação de um programa de apoio financeiro e de dotação consignada pelo Orçamento de Estado para novos investimentos de edifícios e equipamentos escolares; -----

----- b) Transferência de verba anual no montante de vinte mil euros por cada estabelecimento escolar ou residência escolar para despesas com a sua conservação ou manutenção; -----

----- c) Transferência dos valores atualmente assegurados pelo Ministério da Educação para financiamento de apoios e complementos educativos e de encargos com as instalações; -----

----- d) Transferência dos valores correspondentes às despesas com o pessoal não docente, calculados em função dos critérios constantes na Portaria nº 272-A/2017, de 13 de setembro; -----

----- e) Transferência dos valores correspondentes às despesas com as medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro, das atividades de animação e apoio à família e as atividades de enriquecimento curricular, calculados em função dos critérios constantes na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto; -----

----- f) O financiamento das despesas com transporte escolar será calculado por fórmula a criar no prazo de um ano a contar do início da vigência do diploma. -----

----- As despesas com construção, requalificação e modernização dos edifícios escolares e com o apetrechamento das escolas mantém-se no Ministério da Educação até que seja assegurado o financiamento dessas operações de investimento e até à definição de uma nova fórmula de financiamento. -----



----- De notar que, caso os montantes previstos se mostrem desajustados, está prevista a possibilidade dos mesmos serem revistos em sede de Orçamento de Estado para 2020 (conforme art. 69º nº 4 do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro). -----

----- Nos termos do nº 1 do artigo 69º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, o Município foi notificado para se pronunciar quanto ao projeto de mapas que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências a transferir no domínio da educação. -----

----- Nessa senda, por não concordar com alguns dos valores constantes nos mapas referidos, o Município contestou os montantes relativos ao pessoal não docente, atividades de enriquecimento curricular e refeitórios. -----

----- Uma vez que, após contestação, a resposta da Secretaria de Estado da Educação, conforme esclarecimentos remetidos - via correio eletrónico, que se anexa - foi no sentido de manter os montantes identificados nos mapas, bem como os cálculos de acordo com os critérios referidos na respetiva nota explicativa, em anexo ao ofício remetido, o Município não dispõe de um entendimento igualitário relativo aos montantes a transferir no âmbito das competências no domínio da educação. -----

----- De acordo com a Declaração de Retificação nº 10/2019, de 25 de março, que veio alterar o prazo final constante do nº 2 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, o Município passou agora a dispor de um prazo até dia 30 de junho para comunicar à DGAL a não-aceitação das competências referidas neste diploma. -----

----- Nos termos do exposto, deixa-se à consideração superior a submissão ao Executivo Municipal no sentido de deliberar: -----

----- a) Aceitar ou rejeitar as competências no domínio da educação a desempenhar pelo Município em articulação com a Entidade Intermunicipal (CIMDouro); -----

----- b) Posterior submissão à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições constantes nos referidos diplomas; -----

----- c) Em caso de rejeição das competências, comunicar esse facto à DGAL até dia 30 de junho.”

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, aceitar a delegação de competências no domínio da educação a desempenhar pelo Município em articulação com a Entidade Intermunicipal – CIMDouro e submeter sobre forma de proposta à Assembleia Municipal, nos termos das disposições constantes dos diplomas mencionados.** -----



**Delegação de Competências na CIMDouro no âmbito da
atribuição da concessão destinada ao exercício, em
exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal
de distribuição de eletricidade em baixa tensão**

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro) remeteu ao Município a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão e a proposta levada à consideração do Conselho Intermunicipal (da CIMDouro), a qual que foi aprovada. -----

----- Nesta senda, cumpre-nos analisar a questão *in casu*, salvaguardando eventuais constrangimentos legais que possam surgir nesta matéria. -----

----- Desde logo, nos parece relevante ter presente a Lei nº 31/2017, publicada a 31 de maio de 2017, que aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão. ----

----- Este diploma e a posterior Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2018 definiram o programa de estudos e ações a desenvolver pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), em articulação com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). -----

----- Com efeito, os Municípios da CIMDouro manifestaram já a pretensão de outorgar um contrato interadministrativo de delegação de competências, tendo em vista a organização dos procedimentos de concurso público de atribuição, por contrato e em regime de serviço público, das concessões destinadas ao exercício, em exclusivo, da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão, nos termos da Lei nº 31/2017, de 31 de maio. -----

----- “A atividade de distribuição de energia elétrica é exigente em termos técnicos e de recursos financeiros. A tendência de evolução do setor elétrico vem reforçar esta característica, com maior incorporação de tecnologias e de sistemas de informação num ambiente em constante alteração. Os operadores de rede têm que se adaptar frequentemente a novas exigências legais e a novos



modelos de negócio, como são exemplos as redes inteligentes e os regimes legais de produção para autoconsumo e da tarifa social" (Texto disponível em Concessões de distribuição de eletricidade em baixa tensão, ERSE, janeiro de 2019, disponível em http://www.erse.pt/pt/consultaspublicas/consultas/Documents/65_3/ConcessoesBT_PropostasPe%C3%A7asTipo.pdf). -----

----- Neste sentido, a elaboração deste contrato interadministrativo apresenta-se previamente como um instrumento de gestão fundamental para garantir a eficiência e eficácia exigida nesta matéria. -----

----- A delegação de competências de todos os Municípios da CIMDouro na mesma permite-lhes o desenvolvimento do processo de contratação de uma forma mais eficiente e eficaz, com ganhos, ao mesmo tempo que otimiza o cálculo do custo (Neste sentido conclui a ERSE no seu texto Concessões de distribuição de eletricidade em baixa tensão, de janeiro de 2019). -----

----- Assim, mais uma vez, constatamos que os contratos interadministrativos de delegação serão um instrumento que contribui para definir o serviço pretendido e o seu custo, introduzindo ganhos através da escala supramunicipal. Para além de que, permitirá determinar, com maior equidade e coesão territorial, quais os custos que as entidades descentralizadas podem e precisam suportar.

----- Finalmente a capacitação da CIMDouro permitirá evitar sobreposições e a referida sobrecompensação ou as compensações insuficientes, tão lesivas da sustentabilidade do serviço público. -----

----- Um grande ganho de eficácia do exercício das competências - se realizado pela CIMDouro - consiste, evidentemente, na possibilidade de, desta forma, se evitar replicação de funções e procedimentos por cada município. -----

----- Com este instrumento será possível reduzir o número de procedimentos, atos e decisões, que resultará num significativo ganho de eficiência, numa otimização de recursos humanos, tecnológicos e financeiros, facilitando a uniformização dos procedimentos e evitando incongruências ou desconformidades nos mesmos. -----

----- Conforme dispõe o artigo 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, são objetivos deste instrumento administrativo contribuir para uma aproximação das decisões dos cidadãos, para a promoção da coesão territorial, para o reforço da solidariedade inter-regional, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e pela racionalização dos recursos disponíveis. -



----- Cumprem-se, assim, nos termos expostos, com este contrato interadministrativo, os objetivos de otimização administrativa, aproximação das decisões aos cidadãos, promoção da coesão territorial, reforço da solidariedade intermunicipal, melhoria dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos. -----

----- Com a uniformização dos procedimentos à escala intermunicipal, e mantendo os canais de comunicação ativos e de ligação aos munícipes (por via dos respetivos representantes políticos e de grupos de trabalho constituídos ou a constituir), estarão garantidos os objetivos pretendidos de otimização administrativa, aproximação das decisões aos cidadãos, promoção da coesão territorial, reforço da solidariedade intermunicipal, melhoria dos serviços prestados às populações e racionalização dos recursos existentes. -----

----- A minuta de contrato interadministrativo em apreço reúne as necessárias condições exigidas na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, porquanto não motiva qualquer aumento da despesa. Também não decorre do contrato interadministrativo a afetação de recursos humanos, materiais ou tecnológicos dos municípios na CIMDouro. -----

----- É também indiscutível o aumento da eficiência da gestão dos recursos através da coordenação da CIMDouro. A importância da coordenação das necessidades e objetivos dos municípios que compõem a CIMDouro, no caso da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade em baixa tensão, obriga a uma visão global que possibilite a articulação das redes e dos serviços. -----

----- Nos termos expostos, propõe-se à consideração superior que, caso mereça a concordância de Vª Exª, se delibere no sentido de: -----

----- a) Aprovar a delegação de competências na CIMDouro, no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- b) Aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências; -----

----- c) Se aprovada a delegação de competências e respetiva minuta de contrato, levar à apreciação do Órgão Deliberativo, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a delegação de competências na CIMDouro, no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo,**



da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão, bem como a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o artigo 118.º ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**Concessão de Distribuição de Eletricidade em
Baixa Tensão – EDP Distribuição – Energia S.A.
– Denúncia do Contrato**

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Município celebrou a 29 de junho de 2001 um contrato de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão com a empresa EDP, Distribuição, que se prorrogava nos termos e condições previstas no n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 344-B/82, de 1 de setembro, com as respetivas alterações. -----

----- Esta norma legal refere que “Os contratos de concessão entre os municípios e as entidades referidas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 1.º serão celebrados pelo prazo de 20 anos, renováveis por iguais períodos, e a sua denúncia, no termo do prazo ou das suas prorrogações, deverá ser manifestada com uma antecedência mínima de dois anos”. -----

----- De atender que, o artigo 71º do Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de fevereiro - uma norma transitória relativa à concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão - vem definir que “as actuais concessões de distribuição de electricidade em BT, atribuídas e renovadas nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de Setembro, mantêm-se na titularidade das respectivas concessionárias, sem prejuízo do estabelecido nos números seguintes. 2 - A exploração das concessões de electricidade em BT passa a processar-se nos termos do presente decreto-lei e da legislação complementar. 3 - Os actuais contratos de concessão, celebrados entre os municípios e as entidades concessionárias, são modificados por força das alterações decorrentes do presente



decreto-lei e da legislação complementar, observando-se o prazo dos contratos actualmente em vigor, contado a partir da data da sua celebração ou da sua renovação, nos termos do diploma referido no n.º 1.º. -----

----- Portanto, quer isto dizer que os contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei nº 344-B/82, de 1 de setembro mantêm as disposições relativas às prorrogações e denúncias nos termos daquele diploma. -----

----- Neste sentido, para além do prazo de antecedência de denúncia do contrato de dois anos (até 29 de junho de 2019) – que aqui se cumpre - é exigido, nos termos do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 344-B/82, de 1 de setembro, com as alterações perpetradas pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro, que a denúncia cumpra as seguintes condições: a) estar assegurada a viabilidade económica da exploração em outros termos, com base no tarifário oficialmente aprovado; b) transferência para o município concedente do património próprio da entidade concessionária afeto à exploração na respetiva área; c) absorção dos trabalhadores da entidade concessionário ligados à exploração em causa, com salvaguarda dos direitos daqueles. -----

----- Ora, uma vez que se espera brevemente concluir-se a delegação de competências para a CIMDouro no que toca à atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão, estes requisitos ficam, automaticamente preenchidos, cumprindo-se, desta forma, o que é exigido legalmente para a denúncia do contrato de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão. -----

----- Nos termos expostos, propõe-se ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que, caso mereça a concordância de Vª Exª, se leve à consideração do Executivo Municipal no sentido de deliberar aprovar a denúncia do contrato de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão, celebrado com a EDP, Distribuição – Energia S.A..” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à denúncia do Contrato de distribuição de eletricidade em baixa tensão, celebrado com a EDP, Distribuição – Energia S.A..** -----



Alargamento da Rua Marechal Teixeira Rebelo – Cumieira

Construção do Muro de Suporte

----- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em coerência com as razões de facto enunciadas na informação dos serviços técnicos e tendo presente: -----

----- 1. Que o investimento - Hotel Magnicatwine - é de interesse municipal, reconhecido pelos órgãos municipais, Câmara e Assembleia Municipal, respetivamente em 1 de Agosto de 2016 e 3 de Agosto de 2018. -----

----- 2. Que o muro em questão é de suporte à estrada municipal de acesso ao lugar de Silhão, nesta freguesia da Cumieira, e por isso do domínio público. -----

----- 3. Que com a cedência de 508 metros quadrados de terreno pelo promotor permitirá alargar a via em cerca de 3,4 metros em todo o comprimento do empreendimento -----

----- 4. Que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Cumieira já procederam em parceria ao alargamento da estrada agora em questão em cerca de 3,4 metros, assumindo a construção dos respetivos muros por administração direta, pelo que o alargamento em causa mais não é que o seguimento e conclusão do projeto inicial de alargamento da estrada de Silhão. -----

----- 5. Que a intervenção agora em causa, alargamento da estrada municipal foi um compromisso assumido com a freguesia. -----

----- 6. Que a construção do muro e alargamento da via se enquadra na perspetiva de requalificação do espaço envolvente ao empreendimento e na criação de condições de segurança e circulação de pessoas e bens, com a disponibilização dos referidos 508 metros quadrados para o domínio público. -----

----- Assim: -----

----- Proponho ao Executivo Municipal que delibere assumir o custo total com a execução do muro de contenção de terras em alvenaria de pedra de xisto, com a largura de 80 cm e comprimento 150 metros com uma face à vista, assente com argamassa de cimento industrial, cor cinzento, fornecida a granel, com fundação em betão ciclónico 150x150x50, conforme se encontra plasmado é representado no projeto do empreendimento devidamente licenciado, pelo valor total de 26.194,50 euros.” -----



----- Informação da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “Considerandos: -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião, através de email dirigido ao Exmo. Sr. Vogal do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal — Ilustríssimo Dr. Carlos Abade em 17/7/2018 solicitou, relativamente ao projeto de investimento “Magnificatwine Hotel Spa 5**”, financiado no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização Aviso 01-SI-2016 - Inovação Produtiva, Objetivo temático - 3 Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, Prioridade de investimento (PI) 3.3 - A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, Tipologia de Intervenção: 5.3 - Qualificação e inovação das PME, cuja, promotora é Sociedade por quotas Magnificatwine - Hotelaria e Serviços, Lda., o esclarecimento da seguinte matéria: -----

----- “...Considerando as premissas do projeto aprovado e consubstanciado, por sua vez, no respetivo termo de aceitação, documentos onde se encontra clausulado que o montante de investimento elegível global do projecto é de 4.997.625,00 € e que o mesmo deverá ficar concluído até 31-12-2018, solicita-se a boa e suficiente informação no sentido de viabilizar a fundada e consequente decisão do Exmo. Sr. Presidente do Executivo Municipal sobre o financiamento por parte desta edilidade relativamente a alguns trabalhos de construção civil contemplados no projeto aprovado e financiado, e que o promotor se encontra a exigir, mais concretamente, a construção do muro de suporte ao longo do arruamento localizado a sul da propriedade onde se encontra implantado o edifício, conforme se pode aferir, nas plantas (Arq. 08-Alçado/Cortes) parte integrante do projecto licenciado, que o citado muro está contemplado no projecto de arquitetura e corretamente delimitado na Planta AEX 0.1 do projecto de arranjos exteriores. Logo, tendo o promotor candidatado o projecto na sua globalidade, os serviços técnicos deste município são do entendimento que o referido muro já foi financiado no âmbito da candidatura, razão pela qual poder-se-á estar a potenciar uma duplicação de financiamento.” -----

----- Em súmula solicitou-se que o Turismo esclarecesse, de forma fundamentada, se a construção do muro de suporte ao longo do arruamento localizado a sul da área de implantação do hotel se encontrava financiado pelo Turismo de Portugal no âmbito da candidatura supra referenciada. ----

----- Em 16-08-2018 através de email do Dr. Carlos Abade, o Município rececionou a seguinte informação sustentada na informação técnica do Director de Departamento de Execução da



Direção de Apoio ao Investimento Dr. José Riscado dos Santos *"Junto envio o que nos foi possível apurar dos elementos constantes do processo. Sem mais elementos, parece-nos que o muro em causa se encontra, de facto, incluído no investimento elegível no âmbito do Portugal 2020".* -----

----- Acresce o facto de, na informação da autoria do Director José Riscado dos Santos que sustentou a informação do Sr. Dr. Carlos Abade, se encontrar determinado e aqui se reproduz que *"é claro e inequívoco que face aos elementos de que dispomos e salvo melhor opinião, a construção do muro de suporte ao longo do arruamento localizado a Sul da propriedade encontra-se contemplada no mapa de investimento do projeto apoiado".* -----

----- Em 26-02-2019, via email, o gerente da citada sociedade envia ao signatário a informação que se anexa ao presente ofício a qual, elaborada por técnicos do Departamento de Gestão e Acompanhamento de projetos serviços e técnicos distintos dos que subscreveram o parecer datado de 16-08-2018, não é dado enquanto assumido que a construção do muro de suporte ao longo do arruamento localizado a Sul da propriedades se encontre contemplada no mapa de investimento do projeto apoiado. -----

----- Logo, emanam do mesmo organismo informações diametralmente opostas. -----

----- Por outro lado, da leitura da informação, aliás, não validada superiormente e chegada ao conhecimento da Câmara Municipal, verifica-se uma manifesta confusão na explanação bem assim como a ausência de adequada fundamentação, mormente, documentos ou outros meios de prova que corroborem que o muro *in casu* não foi objeto de financiamento. -----

----- A ancorar e a agravar a confusão exposta reproduz-se, a título de exemplo, extrato do parecer que determina *"...devendo o teor da Informação de Serviço ser remetido à entidade beneficiária e respetiva edilidade camarária, para que estes possam dar continuidade às obras de "construção/reposicionamento do "muro em granito"..." e para que se possa prosseguir com os procedimentos inerentes à emissão do respetivo alvará de licença de utilização do Hotel".* Ora de acordo com o projeto aprovado e mapa de investimento conexo o que se encontra contemplado é a execução de muro de contenção de terras em alvenaria de pedra de xisto, largura 80cm, com uma face à vista, assente com argamassa de cimento industrial, cor cinzenta, fornecida a granel, com fundação em betão ciclópico 150x150x50cm. -----

----- Neste contexto e encontrando-se em causa princípios basilares da atividade autárquica, como o são os princípios da fundamentação, transparência e regramento na utilização dos fundos



públicos, o Município de Santa Marta de Penaguião solicitou novamente ao Turismo de Portugal que clarificasse a situação de conflito criada com a disparidade de informações transmitidas pelo citado organismo, mais concretamente, devendo esclarecer, de forma unívoca e fundada, se a construção do muro de suporte ao longo do arruamento localizado a sul da área de implantação do hotel se encontra financiada pelo Turismo de Portugal no âmbito da candidatura supra referenciada. -----

----- No seguimento da interpelação no dia 15/4/2019 o Exmo. Sr. Vogal do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal - Ilustríssimo Dr. Carlos Abade informa via email em 13/5/2019 o seguinte, cujo, teor se reproduz na íntegra -----

----- *“Relativamente ao assunto ora em apreço, informa-se o seguinte: -----*

----- 1. *Na primeira resposta dada por este Instituto à vossa solicitação, na qual referimos que o muro ora em apreço estava incluído na estimativa de custos apresentados em sede de candidatura, o nosso pressuposto assentava numa planta de implantação que se encontrava junto ao processo. -----*

----- 2. *Nessa data, não havia ainda qualquer evidência do contrato de empreitada, nem tinha sido submetido qualquer pedido de pagamento pela empresa promotora. -----*

----- 3. *Mais tarde, veio a empresa promotora apresentar documentos complementares, da análise dos quais se concluiu que o muro a que alude essa edilidade não faz, de facto, parte das despesas consideradas elegíveis na candidatura. -----*

----- 4. *Na verdade, essas despesas nunca fizeram sequer parte de qualquer auto de medição apresentado pela empresa de construção responsável pelos trabalhos de construção civil deste projeto de investimento. -----*

----- 5. *Esta conclusão, de que o muro não fazia, afinal, parte da candidatura considerada elegível, foi também confirmada na vistoria ao local realizada pelo gestor do projeto neste Instituto. -----*

----- 6. *Por isso, atenta a documentação que foi possível entretanto analisar e considerando a vistoria efetuada ao local, podemos agora transmitir que, ao contrário do que se pensou inicialmente com a informação que na altura se tinha, as despesas com o muro em causa não fazem parte das despesas consideradas elegíveis na candidatura em apreço. -----*

----- Neste contexto e considerando as peças escritas e desenhadas do projecto integrantes de licenciamento sou a informar que o muro de contenção de terras em alvenaria de pedra de xisto tem as seguintes medições: -----



- fundação do muro em betão ciclópico — $[150 \times 1,50 \times 0,50]m = 112,50 m^3$; -----
 - muro em alvenaria de pedra de xisto, com uma face à vista, assente com argamassa de cimento industrial, cor cinzento, fornecida a granel, $[150 \times 0,90 \times 0,80]m = 108,00m^3$; ----
 - muro em elevação de alvenaria de pedra de xisto, com duas faces à vista a partir da cota do passeio até 0,60 m de altura em elevação e 0,80 m de espessura, assente com argamassa de cimento industrial, cor cinzento, fornecida a granel, $[150 \times 0,60 \times 0,80]m = 72,00m^3$. -----
- Sequentemente, nas condições *sub judice* e de acordo com os preços médios praticados no mercado para obras desta natureza, temos: -----
- 85€/m³ para a fundação do muro em betão ciclópico — $[150 \times 1,50 \times 0,50]m = 112,50 m^3$;
 - 90€/m³ para o muro em alvenaria de pedra de xisto, com uma face à vista, assente com argamassa de cimento industrial, cor cinzento, fornecida a granel, $[150 \times 0,90 \times 0,80]m = 108,00m^3$; -----
 - 96€/m³ para o muro em alvenaria de pedra de xisto, com duas faces à vista a partir da cota do passeio até 0,60 m de altura em elevação e 0,80 m de espessura, assente com argamassa de cimento industrial, cor cinzento, fornecida a granel, $[150 \times 0,60 \times 0,80]m = 72,00m^3$. -----
- Com base nas premissas técnicas e cálculos sequenciais supra efetuados o valor global da execução do citado muro ascenderá os 26.194,50€ (vinte e seis mil cento e noventa e quatro euros e cinquenta cêntimos). “-----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, proceder à construção do muro de suporte à estrada municipal, de acordo com o Código dos Contratos Públicos, nos termos da proposta, com o voto contra do Senhor Vereador do PPS/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, que apresentou a seguinte declaração de voto:** -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- *Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara*



Municipal, em vigor, no que diz respeito ao ponto 4 da Ordem de trabalhos, da Ata n.º14, de 25 de junho de 2019, vem declarar o seguinte:-----

----- O promotor, Empresa com sede no concelho de Santa Marta de Penaguião, designado por Magnificat Wine Hotelaria & Serviços Lda., cedeu em 2017, uma faixa de terreno para o domínio público para que fosse executado o alargamento da Rua Marechal Teixeira Rebelo, na freguesia de Cumieira, em toda a extensão que confina com o seu prédio.-----

----- Tal desiderato deveria ter sido realizado no início dos trabalhos de construção do empreendimento, por forma a mitigar o condicionamento da via pública, durante os últimos dois anos, o que dificultou o trânsito automóvel da população local.-----

----- Não foi proposto nem celebrado qualquer contrato de obras de urbanização entre o Município e o Promotor, pelo que não poderia este realizar quaisquer trabalhos no domínio público.-----


----- É feita uma nota explicativa a algumas considerações provenientes do Turismo de Portugal, em que é mencionado nominalmente um dirigente do mesmo, sendo perentório na exposição quanto à não elegibilidade do referido alargamento em discussão, o que era do conhecimento de todos os intervenientes, desde o início do procedimento.-----

----- A proposta agora apresentada, incide unicamente sobre a construção de um muro de suporte, não se referindo à construção de passeios, nem à solução para os postes de distribuição e iluminação pública, que são no nosso entender obsoletos para a zona agora transformada, não definindo sequer se se manterá a aérea ou adossada no subsolo.-----

---- Apesar de concordar que o Município realize os trabalhos de alargamento deste troço da Rua Marechal Teixeira Rebelo, contudo, e tendo em consideração o que foi anteriormente exposto, este vereador não poderá votar favoravelmente o teor desta proposta, porque a mesma padece de inúmeras dúvidas, imprecisões e omissões, e não vai de encontro ao interesse público.-----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 25 de junho de 2019 -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----



----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, disse o seguinte: -----

----- “Ficou evidente que a informação emanada pelo Turismo de Portugal onde é afirmado que o muro é elegível no âmbito da candidatura apresentada àquele organismo, é subscrita pelo Senhor Dr. Carlos Abade, Vogal do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal. Reafirmamos que as obras de urbanização são assumidas no ponto 6 da proposta. -----

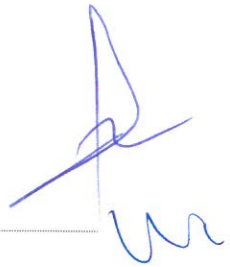
----- Mais uma vez lamentamos a falta de rigor de alguns na apreciação dos assuntos municipais.” -----

Documentos Previsionais da Receita e da Despesa e do Plano de Atividade mais Relevantes 2019 – Revisão

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento constantes no ponto 8.3.1., as quais compreendem as figuras de alteração e revisão. -----

----- A Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 25 de Abril do corrente ano, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, a 1.ª revisão do Orçamento da Receita e da Despesa e do Plano de Atividades Municipal (Atividades mais Relevantes), cujos documentos contemplavam a previsão de receita e de despesa a realizar até finais de Agosto do ano corrente, mês em que se previa a conclusão do processo da constituição da empresa Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A..-----



----- De acordo com a comunicação do Exm.º Senhor Vereador, a tempo inteiro, José Manuel Moreira, em que refere *“Em consequência de uma reunião havida, na passada Quarta-Feira, dia 19, nas instalações da CCDDR Norte, com a presença do Exm.º Senhor Secretário de Estado do Ambiente, onde estive presente, em representação do Município de Santa Marta de Penaguião, de cuja da ordem de trabalhos constava: Ponto de situação sobre as medidas realizadas para concretizar a solução supramunicipal - abastecimento de água em baixa), ficou claro que apesar do processo da criação das Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. estar bem encaminhado, nunca a mesma iniciará a sua atividade durante o ano em curso, por se encontrar ainda pendente o processo do “visto” prévio do Tribunal de Contas”*. -----

----- Tendo em conta que as respetivas rubricas orçamentais não se encontram dotadas com as importâncias necessárias, para além daquele prazo, importa reforçar as dotações orçamentais das respetivas rubricas, ou seja, contemplar as verbas a receber pela venda de água e pela prestação de serviços de saneamento aos consumidores e as verbas a pagar pela compra de água para consumo e de tratamento das águas residuais à empresa concessionária (Águas do Norte, S.A.), respetivamente. -----

----- Assim, caso mereça a concordância de V.Ex.ª, propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.1.2., 8.3.1.3 e 8.1.3.4. do POCAL, a presente proposta seja submetida à apreciação da Câmara Municipal, no sentido de aprovar: -----

----- 1 - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 2.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa e do Plano de Atividades mais Relevantes, documentos que se anexam à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante; -----

----- 2 – Submeter, sob a forma de proposta, à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a 2.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e submeter à Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

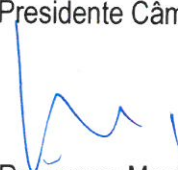
----- 6 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 12:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)